

EDITORIAL

A *Educação em Revista* tem o prazer de publicar o número 1, volume 18 que apresenta ao leitor sete artigos na área de educação com diferentes enfoques.

O artigo *Avaliação das aprendizagens: representações decorrentes das práticas instituídas na formação inicial* escrito por Mari Clair Moro Nascimento, Raquel Lazzari Leite Barbosa e Sérgio Fabiano Anníbal expõe os resultados de uma pesquisa qualitativa que apresenta perguntas abertas sobre a temática da avaliação no campo da educação para trinta e um concluintes de um curso de formação de professores – em sua maioria jovens, com pouca ou nenhuma experiência no magistério. As tendências pedagógicas caracterizadas por Mizukami e Libâneo foram retomadas e serviram de parâmetro para caracterizar as representações destes alunos acerca da avaliação; o texto destaca que as práticas avaliativas associam-se tanto à classificação como à avaliação formativa e, deste modo, os autores verificam a necessidade de se repensar o processo de formação destes professores.

No artigo *Problematizando a prática escolar: o caso do Programa Acelera Brasil*, Josimara Wikboldt Schwantz e Carla Gonçalves Rodrigues apresentam uma visão crítica acerca das concepções de ensino/aprendizagem implícitas ao Programa Acelera Brasil desenvolvido pelo Instituto Ayrton Senna, uma ONG sem fins lucrativos que, desde 1994, desenvolve programas educacionais considerados inovadores, apoiados pelo Ministério da Educação e por Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. A partir de uma pesquisa bibliográfica, as autoras afirmam que a melhoria de desempenho de estudantes repetentes deve-se ao rigoroso monitoramento do trabalho dos docentes, o que reduz drasticamente a sua autonomia, coloca em segundo plano seu papel de intelectual e de pesquisador capaz de adaptar conteúdos e metodologia às necessidades dos alunos; a mesma estratégia exonera a escola de responsabilidades sociais e não prioriza o diálogo com a comunidade.

Em *Educação Comparada: relevância epistemológica e operacional*, Adelfio Machado dos Santos, Joel Heraldo Baade e Everaldo da Silva apresentam reflexões acerca do estatuto epistemológico da Educação Comparada, entendida como campo disciplinar. Segundo os autores, este constitui-se como área interdisciplinar que visa identificar causas das diferenças entre sistemas educativos, pois os comparatistas em educação buscam, com vistas ao aperfeiçoamento dos mesmos, um coeficiente comum que determine tendências gerais. Afirmam também que apesar dos esforços dos norte americanos, a Educação Comparada não alcançou o *status* de cientificidade.

Láise Ataídes Ribeiro e Eliane Greice Davanço Nogueira, autoras do artigo *A alfabetização discutida sob o viés do PIBID: práticas das egressas do subprojeto Pedagogia-UEMS Campo Grande* discutem, a partir de um questionário de dez questões abertas encaminhado a egressas do projeto, se este contribuiu de fato para promover a

qualidade da educação oferecida aos estudantes em processo de alfabetização e para a formação inicial dos bolsistas licenciados. Segundo as autoras, o PIBID representa um programa eficiente; não pode ser confundido com ensino de técnicas, oficinas ou cursos aligeirados e superficiais, pois se configura como um espaço que possibilita a autoformação participada, a reflexão, a discussão, a investigação e a troca entre os participantes.

Lincoln de Araújo Santos, no artigo *O Caminho da Razão e da Esperança: o pensamento social de Celso Furtado – desenvolvimento, planejamento e educação no Brasil*, recupera o papel que o economista atribuiu à educação em suas interpretações sobre o Brasil e no seu pensamento de um modo geral: esta seria uma das bases para o desenvolvimento nacional, caminho para a superação dos problemas sociais. Integrante da CEPAL, influenciado pelas idéias de Keynes, atuou junto a governos brasileiros, fundou a SUDENE (1959) e concebeu o Estado como indutor do desenvolvimento econômico e da promoção social.

No artigo *Análise histórica das legislações educacionais para a educação formal dos negros no Brasil* os autores Marco Bettine e Livia Pizauro Sanchez acompanham a implementação da legislação educacional brasileira que desde o século XIX impactou a escolarização da população negra. Eles sustentam que esta proibiu ou dificultou a escolarização dos afrodescendentes; afirmam também a existência de pelo menos dois marcos de ruptura neste processo: a) a Reforma Rivadávia Correia (1911) que implantou exames admissionais e cobrança de taxas nas escolas públicas, excluiu a ínfima parcela de negros e pobres que a frequentavam e, deste modo, fortaleceu formas alternativas de escolarização promovidas pelo incipiente movimento negro; b) a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida (1995) face à qual o Estado brasileiro reconheceu a existência de racismo no país e passou a adotar políticas de reparação às injustiças e de combate ao preconceito.

Em *Concepções de aprendizagem no ensino de Filosofia: novos contextos e exigências curriculares*, os autores Jéferson Luis Azeredo, Alex Sander Silva e Ricardo Luis Bitencourt apresentam os resultados de uma pesquisa desenvolvida no ano de 2014 a partir de um questionário respondido por dez professores atuantes no ensino de Filosofia na Educação Básica, abordando os seguintes temas: ensino, importância do ensino de filosofia, conteúdos do ensino de Filosofia, metodologias e materiais didáticos, ensino de Filosofia na proposta curricular de Santa Catarina e dificuldades apresentadas pelos professores acerca do ensino de Filosofia. Amparados nas reflexões de Deleuze, os autores sustentam que a disciplina Filosofia deve ser pensada como parte essencial do currículo na Educação Básica, participante ativa na formação do aluno e da sociedade.

Desejamos a todos(as) uma excelente leitura!

Cláudia da Mota Darós Parente
Emery Marques Gusmão
Editoras da Educação em Revista